



Especialistas pedem aprovação rápida do Marco Civil da Internet

Lia de Paula/Agência Senado



Presidente da CCT, Zeze Perrella (4º à esq.) coordena debate: senadores lembraram que projeto ficou três anos na Câmara

Em audiência promovida ontem por três comissões do Senado, representantes do governo e da sociedade fizeram elogios ao projeto que define direitos e deveres no uso da rede e que está em tramitação na Casa

Os debatedores consideram que a proposta, aprovada mês passado pela Câmara, contempla grande parte das sugestões da sociedade. Entre elas, a liberdade de manifestação e a neutralidade da rede, que dá tratamento igual

a todos os pacotes de dados, impedindo preços diferenciados pelos serviços. Os senadores querem tempo para analisar o projeto. O presidente do Senado, Renan Calheiros, definirá com os partidos a data para votação em Plenário. **5**

Presidente da Petrobras será ouvida no Senado na terça-feira **3**

Debate ressalta importância do investimento em bibliotecas **6**

Base do governo indica novo nome para o TCU na próxima semana **2**



Jane de Araújo/Agência Senado

Cardozo com Henrique Alves, Renan Calheiros, Eunício Oliveira, Pedro Taques e Domingos Sávio

Cardozo, Alves e Renan querem lei antivandalismo já na Copa

Presidentes do Senado e da Câmara e ministro da Justiça acertaram apoio a parecer de Pedro Taques

para agilizar votação de projeto que visa coibir ações de vandalismo em manifestações populares. **2**

Projeto dá a cidades autonomia para definir proteção ambiental **4**

Médico diz que muitas das cirurgias bariátricas são desnecessárias **7**

Proposta que limita recursos judiciais pode ser votada logo em Plenário **2**

Sheyla Leal/Agência Senado



Diretor-geral do Senado, Rebouças (2º à esq.) analisa com os moçambicanos tratado de intercâmbio

Parlamentares de Moçambique buscam parceria com o Senado **8**

Aprovados três embaixadores

Após sabatina, a indicação de Paulo Cesar Vasconcellos para os Emirados Árabes Unidos foi aca-

tada, assim como a de Sergio Elias Couri para Santa Lúcia e a de José Mauro Couto para o Sudão. **8**



Gerardo Magela/Agência Senado

José Mauro Couto, Paulo Cesar Vasconcellos, Ricardo Ferrazo e Sergio Elias Couri na CRE, ontem

Jane de Araújo/Agência Senado



José Eduardo Cardozo (3º à esq.) reúne-se com Henrique Alves e Renan Calheiros: iniciativa para acelerar aprovação de lei

Renan, Alves e Cardozo se unem contra vandalismo

Presidentes do Senado e da Câmara acertam com ministro da Justiça apoio a parecer de Pedro Taques a projeto que coíbe ação de vândalos em manifestações. Ideia é aprovar lei para valer durante a Copa

DISPOSTO A APROVAR com rapidez regras para conter o vandalismo em manifestações públicas, o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, reuniu-se ontem com os presidentes do Senado, Renan Calheiros, e da Câmara, Henrique Eduardo Alves. Para agilizar a aprovação — visto que há vários projetos semelhantes sobre o tema —, Executivo e Legislativo decidiram apoiar o substitutivo de Pedro Taques (PDT-MT) ao Projeto de Lei do Senado (PLS) 508/2013, que está em estudo na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

— A ideia é que o relator, Pedro Taques, concentre as sugestões apresentadas, do governo e dos parlamentares, para que tenhamos um texto que agrade à sociedade e possa ser aprovado com alguma

rapidez — afirmou Cardozo. Taques disse que é possível levar o relatório a votação na quarta-feira e aprovar a lei para que entre em vigor antes do início da Copa do Mundo, em 12 de junho.

— A ideia é que possamos trabalhar neste projeto para que ele produza efeitos na Copa. Mas uma legislação, notadamente a penal, não pode ser feita com debates emocionais ou de afogadilho. Não é isso que queremos — explicou.

Ainda segundo o relator, o Brasil é um país democrático e não se cogita coibir as manifestações populares, mas reprimir crimes praticados durante as aglomerações.

Para isso, ele informou que pretende propor alterações no Código Penal para elevar

a pena para o crime de dano ao patrimônio, introduzir qualificação do homicídio doloso se praticado em protestos públicos e aumentar a pena da lesão corporal praticada nas manifestações.

Máscaras

Sobre o uso de máscara, o senador informou que uma alternativa é a criação de agravante genérica.

— Entendemos não ser possível, no Brasil, proibir o uso de máscaras, embora haja quem defenda que sim. Vamos debater isso — afirmou.

O relator informou também que o projeto vai tratar da violência praticada por policiais contra o cidadão. Por isso, deve prever alteração na Lei de Abuso de Autoridade (Lei 4.898/1965).

Requião quer menos prisão provisória e mais pena alternativa



Waldemir Barreto/Agência Senado

Roberto Requião (PMDB-PR) apresentou projeto que altera o Código Penal e o Código de Processo Penal para restringir as hipóteses de prisão provisória e, assim, reduzir a superlotação carcerária (PLS 123/2014). Ele destacou o fato de que,

hoje, presos provisórios e condenados não são separados, apesar da previsão legal. O projeto restringe a aplicação da prisão preventiva e impõe limites à duração da medida — entre 30 e 60 dias, dependendo da gravidade do crime, com uma única prorrogação.

O projeto também amplia a aplicação de penas alternativas em substituição às privativas de liberdade para presos que cometeram delitos de pouca gravidade.

— Essa jabuticaba, que é a prisão provisória e existe dessa forma apenas na legislação brasileira, coloca nas prisões cerca de 43% dos presos. Dos 57% dos condenados, 80% têm pouco potencial ofensivo. Seria mais razoável que ele recebesse pena alternativa, com uma dessas algemas de calcanhar com GPS — disse.

Randolfe apoia texto que prevê desmilitarização da polícia



Waldemir Barreto/Agência Senado

Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) pediu que os senadores reflitam sobre a necessidade de reforma da polícia no Brasil. Ele incluiu a estrutura das polícias militares entre as “fortes cicatrizes” deixadas pelo regime militar e defendeu a Proposta de Emenda à Constituição 51/2013, de Lindbergh Farias (PT-RJ), que desvincula o aparato policial do modelo das Forças Armadas.

Randolfe disse que, na sequência do Ato Institucional 5 (1968), as forças públicas estaduais foram transformadas em “aparato repressivo do Estado”, o que, opinou, tem levado as polícias militares a recorrentes práticas antirrepublicanas.

— Que a truculência da polícia seja substituída pela inteligência. Não com o princípio da violência, mas com o princípio da dignidade da pessoa humana — declarou.

O senador ainda citou o descontentamento das polícias em todo o país e cobrou um tratamento digno para a categoria, que é submetida a baixos salários e más condições de trabalho.

Base do governo indica semana que vem novo nome para o TCU

Romero Jucá (PMDB-RR) informou ontem que a base de apoio ao governo no Senado vai indicar na próxima semana um novo nome para ocupar o cargo de ministro do Tribunal de Contas da União (TCU), em vaga aberta com a aposentadoria de Valmir Campelo. A base havia indicado Gim (PTB-DF), mas o senador declinou do convite anteontem, por considerar que o caso se transformou em uma disputa política.

Segundo Jucá, o novo indicado deverá ter perfil técnico, que preencha os requisitos exigidos pelo cargo.

— O TCU é um órgão do Poder Legislativo, merece todo o nosso respeito e queremos resolver rapidamente essa questão.

Por enquanto, há apenas uma indicação do Senado,

feita por partidos de oposição — o consultor do Senado Fernando Moutinho, ex-auditor do tribunal.

Para Alvaro Dias (PSDB-PR), o consultor é um candidato com condições profissionais e técnicas, além de ter reputação ilibada. Alvaro criticou a indicação de Gim.

— Foi um tiro no pé, que poderia ser perfeitamente evitado — disse o senador, que voltou a defender proposta dele que institui a escolha dos ministros do TCU por concurso público (PEC 7/2014).

Com a desistência de Gim, foi cancelada a sabatina na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) marcada para terça-feira. A CAE informou que ainda não há uma data para a sabatina de Fernando Moutinho.

PEC dos Recursos terá última sessão de debates na terça-feira

O Plenário do Senado promove, terça-feira, a quinta e última sessão para discussão em primeiro turno da chamada PEC dos Recursos (PEC 15/2011). A proposta garante a expedição do mandado de prisão em caso de sentenças proferidas por órgãos colegiados ou pelo Tribunal do Júri, mesmo quando ainda haja possibilidade de recurso. O texto em exame, de Ricardo Ferraço (PMDB-ES), foi aprovado na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), com parecer de Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP).

Para Aloysio, a nova norma será uma mudança histórica por contribuir para o fim da impunidade. Ele citou como exemplo o julgamento do massacre do Carandiru, que ainda não terminou, 22 anos após o fato. Um total de 73



Léo de Paula/Agência Senado

Aloysio Nunes, relator, vê mudança histórica no combate à impunidade

policiais militares foram condenados, mas nenhum se encontra preso.

— A Justiça que tarda é a Justiça que falha. Será uma data histórica quando o Senado aprovar essa matéria.

Para José Pimentel (PT-CE), a aprovação vai tornar a Justiça mais célere e ajudará a desafogar 92 milhões de processos que tramitam hoje.

A PEC 15/2011 passará por dois turnos de votação e, se aprovada, vai à Câmara.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



PLENÁRIO Sessão não deliberativa

9h A sessão de hoje é não deliberativa, destinando-se a pronunciamentos de senadores.

PRESIDÊNCIA Debate em Alagoas

9h O presidente do Senado, Renan Calheiros, participa da quinta edição do debate “Alagoas: realidade e perspectivas”, em Penedo (AL).

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>



Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>



TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das 9h, segundo o Regimento Interno e o Ato 21/2009 da Comissão Diretora, a **sessão plenária**. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Graça Foster confirmou vinda ao Senado para tratar de denúncias sobre a compra da refinaria de Pasadena, entre outras, na terça-feira, dia da votação sobre foco da CPI

Presidente da Petrobras falará sobre denúncias

EM MEIO AO impasse quanto à criação de uma CPI para investigar a Petrobras, a presidente da estatal, Graça Foster, confirmou presença no Senado, na terça-feira, para falar de denúncias como a que envolve a compra da refinaria de Pasadena, nos Estados Unidos. Audiências previstas com ela e com o ministro de Minas e Energia, Edison Lobão, chegaram a ser canceladas com a insistência da oposição de instalar uma CPI exclusiva para apurar as denúncias.

Graça Foster será ouvida em audiência pública conjunta das Comissões de Assuntos Econômicos (CAE) e de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA). A iniciativa da reunião foi do presidente da CAE, Lindbergh Farias (PT-RJ). Nas duas comissões, há requerimentos para que ela seja ouvida.

A pressão por uma investigação da Petrobras começou com a revelação de que a compra da refinaria de Pasadena, em 2006, teria causado prejuízo de cerca de

US\$ 1 bilhão e que o negócio fora aprovado por Dilma Rousseff, então presidente do Conselho de Administração da empresa.

Os opositoristas querem investigar também denúncias de propina para obtenção de contratos, procedimentos que podem ter comprometido a segurança de trabalhadores e de plataformas e o custo de refinarias em construção no Brasil.

A disputa se dá porque o governo pressiona pela criação de uma CPI mais ampla, que investigue também supostas irregularidades nos metrô de São Paulo e do Distrito Federal e no Porto de Suape, em Pernambuco. É essa CPI ampliada que foi aprovada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Há, ainda, a expectativa por uma decisão liminar do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre o tema, já que governo e oposição entraram com mandados de segurança para fazer valer seus pedidos. A relatora das duas ações na Corte é a ministra Rosa Weber.

A investigar

FATOS APRESENTADOS POR SENADORES DA OPOSIÇÃO

- ▶ Compra da refinaria de Pasadena (EUA)
- ▶ Indícios de pagamento de propina a funcionários da estatal pela companhia holandesa SMB Offshore para obtenção de contratos junto à Petrobras
- ▶ Denúncia de que as plataformas estariam sendo lançadas ao mar sem componentes essenciais de segurança
- ▶ Indícios de superfaturamento na construção de refinarias

FATOS ACRESCENTADOS POR SENADORES GOVERNISTAS

- ▶ Contratos da empresa pública Suape — Complexo Industrial Portuário, do estado de Pernambuco, para viabilizar a construção e a operação da Refinaria Abreu e Lima
- ▶ Contratos para aquisição e operação de trens, metrô e sistemas auxiliares em São Paulo e no Distrito Federal que envolvam empresas referidas em acordo firmado pela Siemens, que reconheceu ter pago propina a políticos e funcionários públicos

Renan anuncia definição sobre o tema para terça-feira

O presidente do Senado, Renan Calheiros, defendeu a instalação de uma CPI ampla, que investigue mais que a Petrobras. O senador disse que seria recomendável dar resposta a todos os problemas, sem restrições.

— Fica muito difícil uma CPI que só pode investigar determinados fatos, e não outros — argumentou.

Renan lembrou a hipótese de haver mais de uma CPI em atividade simultaneamente.

— Há momentos da vida nacional em que é importante haver mais de uma investigação para que as respostas sejam dadas. O difícil é limitar.

Renan informou que a definição se dará na próxima terça-feira. Ele pretende antecipar a ordem do dia e reunir, na sequência, o Congresso. Recomendou ainda aos ministros aposentados do STF Carlos Velloso e Paulo Brossard que leiam pausadamente a decisão dele, favorável à CPI ampliada.

Jucá: comissão vai ser instalada com investigação mais ampla

A CPI ampla será instalada no Senado, se o Plenário aprovar o parecer da CCJ, destacou Romero Jucá (PMDB-RR). A comissão acatou relatório de Jucá, favorável à CPI requerida pela base do governo.

— A CPI deve ser instalada com poucos itens, seis, mas é importante que o STF se manifeste, e o próprio Senado, talvez até mudando a Constituição.



Jucá rebateu a alegação de que Renan teria se equivocado ao citar o ministro aposentado do STF Paulo Brossard.

— A decisão de Brossard diz que, se surgirem fatos novos durante o andamento de uma CPI, eles poderão ser incluídos. E Renan disse que, se há esse dispositivo, nada impediria a inclusão de fatos antes do início da CPI. Portanto, é uma novidade.

Congresso pode repetir impasse com requerimentos de CPIs mistas

Na sessão do Congresso convocada para exame de vetos na terça-feira, devem ser lidos dois requerimentos de criação de CPIs mistas para apurar denúncias sobre a Petrobras, nos mesmos moldes dos apresentados no Senado pela oposição e pela base do governo.

Com isso, pode se repetir, no Congresso, o impasse atual no Senado. De acordo com Alvaro Dias (PSDB-PR), a oposição está confiante

numa decisão da ministra Rosa Weber, do STF, favorável à CPI exclusiva.

— Só vale a decisão do STF, que é terminativa, porque o tribunal é o guardião da Constituição — disse Alvaro.

O senador evitou comentar a possibilidade de a Minoria obstruir as votações em Plenário sobre o parecer da CCJ quanto às CPIs no Senado.

Já Romero Jucá pediu para não se transformar a CPI num embate político-eleitoral.



Lindbergh (C) e Graça Foster: presidente da Petrobras será ouvida em audiência conjunta da CAE e da CMA na terça

Pedro Simon afirma que CCJ errou ao incluir novos fatos

Para Pedro Simon (PMDB-RS), a CCJ errou ao aprovar uma CPI da Petrobras ampla. A decisão da comissão ainda será submetida ao Plenário na terça-feira. Simon espera, porém, que até lá o STF acate o pedido da oposição para que a investigação seja apenas sobre a Petrobras. Em decisão anterior, o STF julgou que CPIs são um instrumento da Minoria. Simon disse que os ministros aposentados Paulo Brossard e Carlos Velloso afirmam que o entendimento do STF foi de que CPI deve investigar



um fato certo e que fatos novos só podem ser apurados se surgirem ao longo das investigações e se tiverem relação com o que estiver sendo investigado.

Alvaro ressalta contestação de Brossard a argumento de Renan

Alvaro Dias (PSDB-PR) citou matéria do jornal *O Estado de S. Paulo* em que o ex-ministro da Justiça Paulo Brossard contesta a interpretação de Renan Calheiros, que justificaria a investigação de “vários fatos desconexos” na mesma CPI. Alvaro disse que Renan, em seu posicionamento, “afirmou que um habeas corpus concedido pelo Supremo na década de 1990 pacificou o entendimento do tribunal de que novos fatos determinados podem ser incorporados ao rol inicial dos pedidos de CPIs”.

A comparação com o texto original de Brossard revela, segundo Alvaro, que a frase citada “foi editada e seu contexto foi alterado”.



Flexa Ribeiro critica o governo por ter aparelhado a Petrobras

“Se em 2010 a Petrobras valia R\$ 362 bilhões, hoje vale R\$ 165 bilhões, uma desvalorização de 54%”, disse Flexa Ribeiro (PSDB-PA). O senador criticou o governo por ter “aparelhado” a empresa e por “impedir a todo custo que o Legislativo instale uma CPI para investigar desvios de recursos”.

Flexa disse que, em 2013, a estatal acumulou uma dívida de R\$ 68 bilhões. Ele ainda criticou o governo por intervir na política de preços da Petrobras para tentar conter a inflação.

— A Petrobras, com toda sua história, sua grandeza, sua força está correndo sério risco devido a uma administração que se mostrou, na última década, extremamente despreparada — disse.



Governo do PT é recordista em corrupção, diz Mário Couto

Não se pode comparar o governo de Fernando Henrique Cardoso com o governo atual, visto que a administração do PT “cometeu recordes de corrupção”, segundo Mário Couto (PSDB-PA).

O senador pediu que a população vá às ruas cobrar o impeachment de Dilma Rousseff, visto que a presidente, segundo ele, cometeu crime de improbidade administrativa no episódio da compra de refinaria pela Petrobras nos Estados Unidos, no período em que comandou o Conselho de Administração da estatal.

— Estamos atravessando uma fase perigosa. Os poderes estão fragilizados. Quem perde o respeito perde a moral.



Avança texto que delega a municípios delimitação de área de preservação

Largura da faixa de vegetação à margem de rios ou lagoas em áreas urbanas não precisará seguir determinação nacional, segundo projeto

A COMISSÃO DE Agricultura e Reforma Agrária (CRA) aprovou ontem projeto que dá aos municípios autonomia para determinar a largura da área de preservação permanente (APP) no entorno de cursos d'água em espaços urbanos. A proposta já passou pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) e agora segue para votação final da Comissão de Meio Ambiente (CMA).

O texto (PLS 368/2012) modifica o Código Florestal (Lei 12.651/2012) para determinar que o tamanho mínimo da área de vegetação ao longo de rios ou no entorno de lagoas, nas áreas urbanas, seja estabelecido nos planos diretores dos municípios e em leis sobre uso e ocupação do solo. Estabelece ainda que a delimitação da APP leve em conta as determinações da defesa civil e que seja submetida aos conselhos estaduais e municipais de Meio Ambiente.

As regras para manutenção de vegetação nativa em APP hoje valem tanto para áreas rurais como para urbanas, situação que a autora do projeto, Ana Amélia (PP-RS), considera inadequada frente



Para Gurgacz (D), relator na CRA, as faixas de mata nativa previstas na lei atual são rigorosas para espaços urbanos

a peculiaridades dos municípios. Ela argumenta que a situação resulta em obstáculos para prefeitos que buscam o ordenamento urbano.

Autonomia

Com o projeto, Ana Amélia quer dar ao poder municipal autonomia para definir medidas necessárias à proteção dos recursos hídricos e ao crescimento urbano. Relator na CRA, Acir Gurgacz (PDT-RO) concorda com a proposta.

— Não podemos confundir APP urbana com APP rural. Precisamos respeitar os planos

diretores dos municípios, pois temos particularidades em cada cidade do nosso país. Os municípios de Rondônia são diferentes dos municípios do Rio Grande do Sul — disse.

Dispositivo semelhante ao proposto constava do projeto de novo Código Florestal aprovado no Congresso, mas foi vetado pela presidente Dilma Rousseff. Gurgacz observa que a proposta é polêmica, mas considera que as faixas de mata nativa exigidas pela lei em vigor são excessivas para espaços urbanos.

O código estabelece faixas

de vegetação entre 30 metros e 500 metros de largura, conforme a largura dos rios, valendo para área rural e urbana. Para lagoas em área urbana, devem ser mantidas faixas de, no mínimo, 30 metros de largura.

Com o projeto, a delimitação dessas faixas passa a ser uma atribuição municipal, a ser fixada no plano diretor e nas leis sobre uso e ocupação do solo. O relator apresentou emenda para substituir por “faixas de APP marginais a corpos d’água” a expressão “área de faixa de inundação” utilizada no texto original.

Comissão sobre mudanças climáticas elege dirigentes

A Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas (CMMC) elegeu ontem os novos presidente, vice-presidente e relator. O deputado Alfredo Sirkis (PSB-RJ) foi eleito para a presidência, enquanto o senador Inácio Arruda (PCdoB-CE) ocupará a vice-presidência. O senador Valdir Raupp (PMDB-RO) será o relator.

A comissão tem a função de acompanhar as ações do governo para combater os impactos ambientais e socioeconômicos das alterações climáticas globais.

Para Raupp, há muito a ser feito para a proteção do meio ambiente no Brasil.

— Na Região Norte, houve um desmatamento acentuado, o que não acontece mais hoje. Sou favorável ao desmatamento zero.

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), que presidiu a CMMC em 2013, disse esperar que a comissão continue ajudando o país a produzir uma legislação voltada ao desenvolvimento sustentável.



Waldemir Barreto/Agência Senado



Projeto reduz carga tributária de microempresas, diz senador

Paim comemora novo indexador para dívidas dos estados

Paulo Paim (PT-RS) comemorou ontem a aprovação, pelas Comissões de Constituição e Justiça (CCJ) e de Assuntos Econômicos (CAE), do relatório do senador Luiz Henrique (PMDB-SC) ao projeto de lei que reduz os encargos das dívidas de estados e municípios com a União (PLC 99/2013).

O senador lembrou a sua luta ao longo do ano para a aprovação da proposta e agradeceu o empenho de diversos senadores e do governador do Rio Grande do Sul, Tarso Genro, que, segundo ele, interagiu com outros governadores na busca de uma solução para o problema.

Luiz Henrique rejeitou mudanças no projeto para evitar o retorno à Câmara dos Deputados. Isso atrasaria a alteração do indexador das dívidas, cobrança antiga de prefeitos e governadores.

— Parte do sonho se torna realidade — disse o senador.



Senador propôs benefício para setor de uvas e vinhos

Casildo Maldaner quer incluir vitivinicultores no Simples Nacional

Ao lembrar que começa hoje a colheita de uvas de altitude em Santa Catarina, Casildo Maldaner (PMDB-SC) defendeu a aprovação de projeto que apresentou para incluir, entre os beneficiários do Simples Nacional, o setor vitivinicultor, que produz uvas e vinhos finos.

Casildo Maldaner ressaltou que esse setor, e o de cervejas artesanais, tem impulsionado a economia de Santa Catarina e, por isso, merece tratamento tributário diferenciado.

Segundo o senador, os produtores catarinenses já colhem, anualmente, 1,6 milhão de toneladas de uvas e faturam R\$ 30 milhões.

Ivo Cassol pede anistia para produtor vítima da enchente

Ivo Cassol (PP-RO) fez ontem um apelo ao governo federal para que anistie dívidas de produtores rurais de Rondônia que tiveram as plantações destruídas pelas enchentes. Na avaliação do senador rondoniense, não adianta prorrogar o prazo das dívidas, porque os prejuízos com a cheia foram grandes e muitos não teriam como pagar.

— Vem aqui minha solicitação para que o ministro da Fazenda e os presidentes do Basa [Banco da Amazônia] e do Banco do Brasil trabalhem urgentemente para que esses produtores sejam compensados com anistia.



Prorrogação de prazo seria insuficiente, afirma senador



Estado está isolado e faltam mercadorias, afirma senador

Situação no Acre ainda é crítica, informa Petecão

Sérgio Petecão (PSD-AC) informou ontem que a situação do Acre ainda é crítica. Depois da diminuição da cheia do Rio Acre, disse o senador, a população passa agora pela enchente do Rio Madeira, que isolou o estado.

— É a situação mais difícil dos últimos anos. Nosso estado está isolado e não está recebendo mercadorias. O momento é tão grave que não permite discutir política e interesses de partidos. Acima dos interesses político-partidários estão os interesses da população. Nesse momento, o povo acreano precisa muito do governo federal — afirmou o senador.

Baixa vazão do Rio São Francisco preocupa Valadares

Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) voltou a manifestar preocupação com a vazão do Rio São Francisco, que, segundo ele, está abaixo de 1.300 metros cúbicos por segundo, volume mínimo para garantir condições de abastecimento, pesca e navegação. Para ele, é normal que a vazão mude a cada estação, mas o que mais preocupa nesse caso é a interferência do homem.

— Não é apenas a preocupação com o setor elétrico, mas também com as atividades produtivas e com o abastecimento d’água, que assegura a vida ao nordestino que depende das águas do Velho Chico — ressaltou.



Para Valadares, há riscos para produção e abastecimento

A maioria dos participantes de audiência realizada ontem por três comissões do Senado defendeu a aprovação, na íntegra, do texto que veio da Câmara dos Deputados

Especialistas defendem Marco Civil da Internet

O MARCO CIVIL da Internet (PLC 21/2014) garante a liberdade de acesso e de manifestação na web. A avaliação foi feita por debatedores que participaram de audiência pública promovida ontem pelas Comissões de Ciência e Tecnologia (CCT), de Meio Ambiente (CMA) e de Constituição e Justiça (CCJ) para instruir o projeto.

Representantes do governo e da sociedade defenderam o texto do projeto aprovado pela Câmara dos Deputados, que define direitos e deveres de usuários e provedores de serviços de conexão e aplicativos na internet. A expectativa dos participantes é de que o Senado conclua a análise antes da Conferência Multissetorial Global sobre o Futuro da Governança da Internet, entre 23 e 24 de abril, em São Paulo, com representantes de 150 países.

Segundo Marcio Lopes de Freitas Filho, do Ministério da Justiça, além de ser resultado de contribuições da sociedade civil, o anteprojeto encaminhado pelo Executivo teve tempo de maturação na Câmara.

— Desde o começo, o marco civil se propôs a ser uma lei geral. Ele não pretende resolver todo e qualquer conflito e problema da internet. Nós sabemos que qualquer tentativa de fazer isso seria vã — assinalou Freitas Filho.

O ineditismo do Marco Civil da Internet também foi enfati-



Em audiência pública dirigida por Perrella (4º à esq), debatedores pediram que a análise do texto seja feita até o dia 22

zado. Para Leonardo Palhares, vice-presidente de Estratégia da Câmara Brasileira de Comércio Eletrônico (Câmara-e-Net), o projeto pode se tornar uma das raras leis do mundo que protegem o usuário de internet, e não o contrário.

— Chegamos a ter leis criminalizando condutas na internet antes de se ter direitos e prerrogativas estabelecidos — destacou Palhares.

Pilar

O artigo 9º do projeto, que protege a neutralidade da rede, ou seja, o tratamento isonômico de quaisquer pacotes de dados, sem distinção por conteúdo, é visto como um dos pilares do projeto e impede a criação de pacotes de serviços, como ocorre hoje com as TVs por assinatura.

Segundo Beatriz Barbosa, representante do Intervozes — Coletivo Brasil de Comunicação, sem esse artigo, as

operadoras poderiam criar “pedágios” e cobrar, por exemplo, pelo acesso a e-mails, mas vetar o uso das redes sociais ou de sites de compartilhamento de vídeos.

— É fundamental a garantia do artigo 9º da forma como está. [Se houver uma mudança] o risco é criar usuários de duas categorias — disse Beatriz.

Privacidade

Além da neutralidade da rede, outro pilar da proposta seria a garantia do direito à privacidade dos usuários, especialmente à inviolabilidade e ao sigilo das comunicações pela internet.

O texto determina que as empresas desenvolvam mecanismos para garantir, por exemplo, que os e-mails só serão lidos pelos emissores e pelos destinatários da mensagem, nos moldes do que já existe para as

tradicionais cartas de papel.

O projeto também assegura proteção a dados pessoais e registros de conexão e coloca na ilegalidade a cooperação das empresas de internet com departamentos de espionagem de Estado.

Segundo Beatriz, o ponto negativo está no artigo 15, pois obriga que empresas guardem por seis meses, para fins de investigação, todos os dados gerados na rede. Para ela, a legislação brasileira já permite o monitoramento de cidadãos que usam a internet para cometer crimes.

Já o presidente da Associação Nacional dos Delegados de Polícia Federal (ADPF), Marcos Leônico Ribeiro, alerta que a guarda de dados dos usuários é fundamental para o trabalho da polícia.

— Sem essa guarda de dados, praticamente se inviabiliza a atuação da Polícia Federal — advertiu Marcos Leônico.

O representante da ADPF defendeu a aprovação do texto em tramitação no Senado, por entender que alia liberdade e segurança no ambiente da internet.

— A determinação para que empresas internacionais que operam no Brasil, tais como Microsoft, Facebook, Yahoo e Google, fiquem obrigadas a cumprir a legislação brasileira e a se submeter à jurisdição das autoridades brasileiras é um grande avanço que o Marco Civil da Internet traz — acrescentou o presidente da associação.

Exclusão

O artigo 19, que delega à Justiça a decisão sobre a retirada de conteúdos, também é visto como um dos principais pontos do marco civil. Atualmente, vários provedores tiram do ar textos, imagens e vídeos de páginas que hospedam a partir de simples notificações.

— Mesmo não estando em vigor, o marco civil já é citado em decisões judiciais. Ele já existe, já é uma realidade que se apresenta no foro internacional — observou Carlos Affonso Pereira, diretor do Instituto de Tecnologia e Sociedade (ITS), .

Na avaliação de Leonardo Palhares, o texto está muito próximo do resultante da consulta pública sobre o assunto, de 2009, e, portanto, traduz as demandas apresentadas pela sociedade.

Para senadores, projeto deve ser aperfeiçoado

Senadores reagiram à pressão para aprovação rápida do Marco Civil da Internet, pedido dos participantes da audiência conjunta de CCJ, CMA e CCT. Eles lembraram que o PLC 21/2014 passou três anos na Câmara e chegou ao Senado somente há 15 dias.

Como tramita em regime de urgência, o Senado tem 45 dias para votar o projeto ou ele passará a trancar a pauta. Até agora o texto recebeu 41 emendas, uma delas já retirada.

Relator do projeto na CCJ, Vital do Rêgo (PMDB-PB) elogiou o trabalho do deputado Alessandro Molon (PT-RJ), relator na Câmara, e ressaltou que as emendas apresentadas

não são apenas ajustes ao texto, mas tratam do próprio mérito da proposta.

Os relatores na CCT, Zeze Perrella (PDT-MG), e na CMA, Luiz Henrique (PMDB-SC), também elogiaram o texto dos deputados, mas disseram que cabem mudanças.

— Os trabalhos do relator naquela Casa, deputado Alessandro Molon, foram cruciais para a votação e a remessa ao Senado. Mas é fato que o Senado, como Casa revisora, poderá também contribuir para o aprimoramento do tema e do texto do projeto — disse Perrella.

Luiz Henrique observou que alguns temas como o direito de

resposta em listas de discussão corporativa não foram tratados pela Câmara e merecem ser discutidos pelo Senado.

— Não creio que a melhor alternativa seja essa urgência urgentíssima que queremos impor para aprovar esse projeto — afirmou.

Já Walter Pinheiro (PT-BA) avaliou que “é lícito e correto” que os senadores apresentem emendas ao texto, mas lembrou que o objetivo é estabelecer diretrizes, não esgotar o tema.

— A forma como a proposta saiu da Câmara tem problemas, mas tem uma virtude: conseguiu definir diretrizes — observou.

Renan vai consultar líderes sobre datas para votação da proposta

O presidente do Senado, Renan Calheiros, vai definir com os líderes partidários a data para a votação em Plenário do Marco Civil da Internet.

Datas para votação do projeto ainda neste mês foram apresentadas pelo senador Lindbergh Farias (PT-RJ), pelo deputado federal Alessandro Molon (PT-RJ) e por representantes de 30 entidades não governamentais que acompanham a tramitação da proposta desde o início na Câmara dos Deputados. Os integrantes das ONGs fizeram um apelo a Renan para acelerar a votação do projeto no Senado.

— Vou conversar com os líderes e apresentar a proposta que vocês trazem [de votação rápida]. Mas, do ponto de vista da democracia, é importante que haja o convencimento dos parlamentares e temos que garantir isso no Senado. Sugiro que vocês permaneçam atuando para dirimir

as dúvidas que os senadores possam ter em relação ao texto — afirmou Renan Calheiros, que designou Ricardo Ferraço (PMDB-ES) para relatar o PLC em Plenário.

De acordo com Lindbergh, o ideal seria aprovar o texto no dia 22 de abril, véspera da Conferência Multissetorial Global sobre o Futuro da Governança da Internet. Os parlamentares argumentaram que o texto foi exaustivamente discutido na Câmara e que o ideal seria aprová-lo no Senado sem alterações.

Outras duas audiências conjuntas das Comissões de Ciência e Tecnologia (CCT), de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) e de Constituição e Justiça (CCJ) para debater o projeto estão marcadas para os dias 15 e 22 de abril.

(Com informações da Assessoria de Imprensa da Presidência do Senado)



Vital do Rêgo, Luiz Henrique e Walter Pinheiro elogiaram o texto da Câmara, mas alertam que há espaço para melhorar





Secretário-executivo do Plano Nacional do Livro e Leitura, Castilho fala em audiência dirigida por Cristovam Buarque (C)

Brasil precisa de marco legal para bibliotecas

Em audiência pública promovida pela Comissão de Educação, especialistas disseram concordar com Cristovam Buarque quanto à necessidade de estabelecer padrões e investir nessas instituições

O BRASIL PRECISA de um marco legal para fortalecer as bibliotecas, que imponha padrões, esclareça as diferenças entre as tipologias e missões existentes e estabeleça recursos orçamentários permanentes para investimento. Dessa forma, elas não ficarão à mercê do empenho de gestores engajados ou não e poderão ser instrumento de mudanças na sociedade.

Essa foi a tônica do debate realizado ontem pela Comissão de Educação, a pedido de Cristovam Buarque (PDT-DF), com o objetivo de coletar sugestões para uma lei que fortaleça as bibliotecas. Isso permitirá, segundo os debatedores, que elas se tornem verdadeiros centros de estímulo à leitura e ao conhecimento e braços para o desenvolvimento social, e não apenas depósitos de livros.

— Como vamos ter cidadãos críticos, que façam uma reflexão sobre sua própria realidade, se eles não têm competência para usar a informação e reconhecê-la, saber o que de fato vale, qual a fidedignidade, avaliar se é plantada com outros objetivos, seja ideológico, político ou econômico, e ter um discernimento claro sobre aquilo? Não vamos conseguir se não houver uma ação de escola, professores e bibliotecas nesse sentido — afirmou Marta Lígia Pomim Valentim,

professora do Departamento de Ciência da Informação da Universidade Estadual Paulista (Unesp).

Os participantes da audiência apoiaram o projeto de Cristovam de federalizar a educação de base. Segundo eles, pelas diferenças regionais e de desenvolvimento existentes no Brasil, somente com atenção federal a educação, e por consequência as bibliotecas, poderão ganhar um salto de qualidade.

— Essa revolução educacional não virá se nós não fizermos a federalização da educação de base. Enquanto a educação estiver nas mãos dos pobres, pobres e desiguais, a gente não vai ter a escola que deve. A União tem que assumir isso. E assumir as bibliotecas das escolas como uma questão nacional, e não como uma questão estadual e municipal — disse o senador.

Biblioteconomistas

Os debatedores também ressaltaram a importância do papel do biblioteconomista como mediador e sistematizador do conhecimento que as bibliotecas podem oferecer. Para Angélica Miranda, pró-reitora de Extensão e Cultura da Universidade Federal do Rio Grande (Furg), a biblioteca tem papel fundamental para a diminuição do analfabetismo digital. Ela

ressaltou a participação e o auxílio do bibliotecário nessa mudança.

A professora também citou como exemplo do poder de mudança social da biblioteca o morador de rua de Pernambuco que, ao usar uma instituição pública para estudar, conseguiu concluir o ensino regular e ainda passar em um concurso público.

A presidente do Conselho Federal de Biblioteconomia, Regina Céli de Sousa, afirmou que uma das principais ideias a serem desmistificadas é a de que a biblioteca é só um armazém de livros ou depósito de acervo bibliográfico. Segundo disse, sem pessoal qualificado para transformar conteúdos em bens culturais a serem ofertados contínua e sistematicamente aos usuários, por meio de serviços de consulta e empréstimo, as bibliotecas não contribuirão para a democratização da cultura e do conhecimento e para a formação dos cidadãos.

Um importante passo para garantir o acesso à leitura e à cultura pode ser dado com a discussão do Plano Nacional do Livro e Leitura, projeto retomado pelo governo federal que pretende democratizar o acesso aos livros, defendeu José Castilho Marques Neto, secretário-executivo do plano, que está no âmbito do Ministério da Cultura.

Paim pede que Semana Santa inspire reflexão sobre a injustiça

Depois de lembrar que a Páscoa celebra a passagem bíblica em que Deus libertou os judeus da escravidão no Egito, Paulo Paim (PT-RS) disse



Waldemir Barrato/Agência Senado

Varig, que recebem menos do que deveriam receber. O senador lembrou que eles passaram 30 dias acampados no Congresso e saíram agora para passar a Semana Santa com as famílias. O senador garantiu aos aposentados que entregaria à presidente Dilma Rousseff uma carta escrita por eles.

2014 poderá tornar-se o Ano Nacional do Esporte Feminino

A Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) aprovou terça-feira proposta para que 2014 seja instituído como Ano Nacional do Esporte Feminino. O projeto (PLC 48/2013) passou na comissão como texto substitutivo apresentado pela relatora, Ângela Portela (PT-RR). A senadora apenas atualizou para 2014 o ano comemorativo, tendo

em conta a defasagem com que a matéria, de autoria da deputada Luci Choinacki (PT-SC), chegou para exame na comissão.

Como se tratou de votação terminativa de texto substitutivo, o texto deverá passar por nova votação na CE. Caso seja aprovado, sem emendas, seguirá para a sanção da presidente da República.

Regionalização em TVs e rádios será debatida em audiência

A votação do projeto que regulamenta a oferta de conteúdo regional pelas emissoras de rádio e televisão (PLC 59/2003) foi adiada até que seja realizada audiência pública, a pedido de Walter Pinheiro (PT-BA), aprovada pela Comissão de Ciência e Tecnologia. A audiência deve

ser realizada na próxima semana e serão convidados os presidentes das Associações Brasileiras de Produtoras Independentes de Televisão, Marco Altberg; da Produção de Obras Audiovisuais, Leyla Fernandes; e para Promoção da Excelência do Software Brasileiro, Ruben Delgado.

Cássia Eller, em apresentação de 2001, é atração na Rádio Senado

O programa *Rádio Show!* desta semana apresenta o DVD da cantora Cássia Eller *Ao Vivo no Rock In Rio 3*, gravado em 2001. O DVD só foi lançado



Reprodução

de Chico Buarque, *Malandragem*, de Cazuza, e *Smells Like Teen Spirit*, do grupo norte-americano Nirvana.

Rádio Show! vai ao ar aos sábados, às 21h, com reprise às segundas, às 23h, e às sextas, às 3h da madrugada. O áudio estará disponível na internet após a transmissão do programa.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana
Segundo-vice-presidente: Romero Jucá
Primeiro-secretário: Flexa Ribeiro
Segunda-secretária: Ângela Portela
Terceiro-secretário: Ciro Nogueira
Quarto-secretário: João Vicente Claudino
Suplentes de secretário:
 Magno Malta, Jayme Campos,
 João Durval, Casildo Maldaner

Diretor-geral: Helder Rebouças
Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Davi Emerich
Diretor-adjunto: Flávio de Mattos
Diretor de Jornalismo: Eduardo Leão

AGÊNCIA SENADO

Coordenador: Marco Antonio Reis (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Sheyla Assunção
Edição: Ester Monteiro, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia
Site: www.senado.leg.br/noticias

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Coordenador: Flávio Faria (61) 3303-3333

Editor-chefe: Sílvio Burle

Editores: André Falcão, Juliana Steck, Marcio Maturana e Thâmara Brasil

Diagramação: Ronaldo Alves e Sandro Alex

Revisão: Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

Coordenação de fotografia: Paula Cinquetti

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Cláudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Especialista disse, em debate ontem, que muitas dessas cirurgias são desnecessárias e que pacientes desconhecem as consequências

Médico adverte para descontrole em cirurgias bariátricas no país

O MÉDICO ROGÉRIO Toledo Junior alertou, em audiência pública na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) ontem, para o risco da banalização das cirurgias bariátricas, que visam à redução de peso. Especialista em aparelho digestivo, ele afirmou que muitas intervenções desse tipo feitas no país são desnecessárias.

Segundo o especialista, os pacientes normalmente desconhecem que depois da cirurgia vão adquirir para sempre uma condição mórbida de má absorção de nutrientes, problema causado pelas modificações na anatomia intestinal.

— Temos que ser rígidos na informação: a cirurgia vai deixá-los doentes para sempre.

O debate, conduzido pelo presidente da CAS, Waldemir Moka (PMDB-MS), foi sugerido por Ana Amélia (PP-RS). O objetivo era debater



Moka (3º à esq.) presidiu debate sobre políticas públicas contra a obesidade

políticas públicas de combate à obesidade. Segundo pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em conjunto com o Ministério da Saúde, 50% dos homens e 48% das mulheres do país têm excesso de peso. O número de obesos chega a 12,4% dos homens e a 16,9% das mulheres.

— Lamentavelmente, o Brasil está caminhando para ter

a obesidade como epidemia — frisou Ana Amélia.

Desmineralização

O coordenador da Comissão de Prevenção e Combate da Obesidade da Associação Médica Brasileira (AMB), Rogério Toledo, esclareceu que a condição decorrente da cirurgia impede a absorção de ferro. Por isso, de tempos em tempos, o paciente precisa

tomar ferro, sempre por via venosa, já que não funciona por via oral.

No caso do cálcio, conforme o médico, não há mais como fazer a reposição. Por isso, o organismo começa a se “desmineralizar”, o que resulta em fragilidade óssea, com a instalação acelerada da osteopenia e da osteoporose.

Diante dos riscos, conforme o médico, o mais adequado é perseverar com tratamentos de emagrecimento que conjuguem dieta orientada e atividades físicas, além de suporte psicológico, para ampliar as chances de sucesso.

Ele salientou, no entanto, que nos quadros extremos, quando o paciente já atingiu a superobesidade (a obesidade mórbida), a cirurgia bariátrica é indicada. Porém, observou que 10% dos superobesos nem sequer podem ser operados, diante do risco de morte na mesa de cirurgia.

Brasil pode ter taxa de obesidade como a dos EUA, diz especialista

A presidente do Conselho Regional de Nutricionistas da 3ª Região, Silvia Cozzolino, destacou que a obesidade é o primeiro passo para o aparecimento de um conjunto importante de doenças crônicas e de instalação lenta, como as coronarianas e a hipertensão. O câncer também está na lista, devido aos processos inflamatórios a que o obeso fica sujeito.

Silvia defendeu atividades físicas regulares como forma de prevenção à obesidade. E criticou a falta de espaços públicos para exercícios físicos, o que favorece o sedentarismo:

— As crianças acabam em frente da televisão consumindo alimentos calóricos.

Segundo Patricia Constante, do Ministério da Saúde, há estimativas de que o Brasil chegará a um padrão de obesidade semelhante ao dos Estados Unidos e do México, o que aumentará as despesas do Sistema Único de Saúde (SUS):

Ela observou que as soluções para o problema dependem, sobretudo, do diálogo entre saúde e educação.

— Temos que levar a nutrição para dentro de projetos pedagógicos emancipadores.

Participantes vão sugerir medidas para enfrentamento do problema

Depois de sugestão de Waldemir Moka, os convidados do debate se comprometeram em formar uma comissão para sugerir proposta para o enfrentamento da obesidade, com recomendações ou iniciativas de projetos de lei. Dessa forma, as medidas podem ganhar mais “força e repercussão”, acredita Moka.

Cyro Miranda (PSDB-GO) disse ser contrário a medidas proibitivas de consumo ou de restrições à venda de alimentos:

— O problema é mesmo de educação. Do contrário, é pensar que dá para resolver a febre

quebrando o termômetro.

Ana Amélia perguntou ao médico Rogério Toledo sobre proibição da venda de diversos remédios auxiliares no tratamento da obesidade. Ele afirmou que a medida adotada pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) foi excessiva, inclusive porque um dos remédios é essencial ao tratamento da esteatose hepática (gordura no fígado).

Ana Amélia lembrou que em breve chegará ao Senado um projeto com origem na Câmara dos Deputados que libera a venda dos medicamentos.

Ana Amélia alerta para impacto da doença no SUS

Ana Amélia (PP-RS) disse ontem em pronunciamento que a obesidade não é só um problema de saúde, é também um problema social e econômico. Ela alertou para o fato de que o país terá que enfrentar o impacto econômico da incidência cada vez maior de doenças relacionadas à obesidade, como as cardiovasculares e o diabetes, responsáveis por 72% das mortes no Brasil.

Para a senadora, na audiência de ontem da CAS, requerida por ela, ficou claro que, se nada mudar, os gastos do governo com doenças decorrentes da obesidade vão subir a ponto de inviabilizar a sustentabilidade do SUS. Ela informou que representantes do Ministério da Saúde e de entidades presentes à audiência pública devem sugerir, em 60 dias, mecanismos legislativos que possam ajudar na redução do problema.

Jayne defende menção do teor calórico em rótulos

Jayne Campos (DEM-MT) pediu apoio em Plenário para a aprovação de projeto de lei dele que torna obrigatórias, nos rótulos de alimentos, a menção ao teor calórico do produto e uma frase de advertência sobre o risco da obesidade infantil.

Ele lamentou que o projeto esteja há sete anos em análise, sofrendo com manobras protelatórias e com a omissão do Legislativo diante do que chamou de “truques da publicidade ardilosa”.

— Nós já alcançamos os níveis de obesidade dos países mais desenvolvidos. Está na hora de alcançá-los também na corrida por uma forma mais efetiva de informar e educar a população — afirmou.



Senador critica serviços de saúde em Mato Grosso

Em discurso na quarta-feira, Jayne Campos (DEM-MT) reclamou da precariedade do Pronto-Socorro Municipal de Várzea Grande (MT). De acordo com o senador, faltam remédios e médicos e passa esgoto dentro da unidade. Ele afirmou que a cidade tem orçamento superior a R\$ 1 bilhão e que é inaceitável que não ofereça atendimento de saúde minimamente adequado à população.

Jayne disse que muitos outros municípios de Mato Grosso passam por problemas semelhantes. Ele reclamou que o estado arrecada cada vez mais, mas não oferece serviços médicos de qualidade:

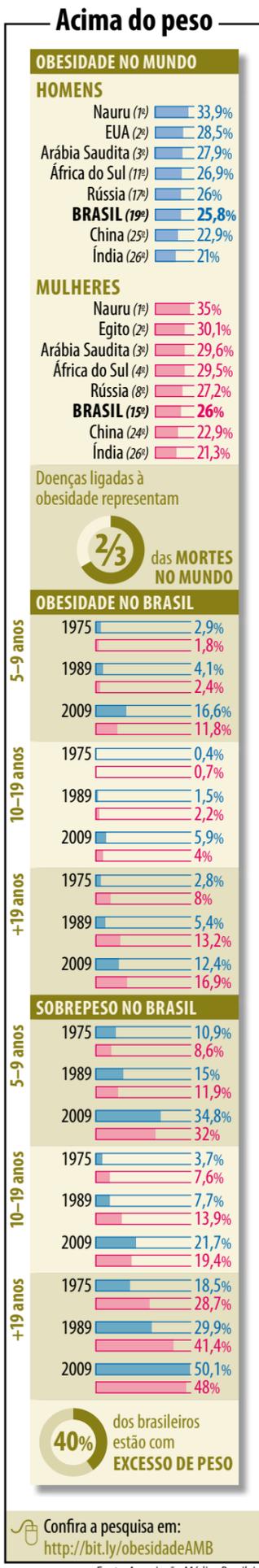
— A população pede que o governo do estado dê tratamento diferenciado na questão da saúde, sob pena de milhares de pessoas irem a óbito por falta do mínimo de condições de atendimento.

Figueiró homenageia o médico Alberto Neder

Ruben Figueiró (PSDB-MS) prestou homenagem, em discurso, ao médico Alberto Neder, sul-mato-grossense que teria completado 100 anos na quarta-feira.

O senador disse que, na década de 30, Neder foi um dos integrantes da Liga Sul-Mato-Grossense, grupo que, no Rio de Janeiro, lutou pela emancipação da porção sul de Mato Grosso. Com orientação socialista, Neder foi humilhado depois que os militares tomaram o poder em 1964, segundo Figueiró.

— Eu não comungava com a doutrina política esposada por ele, mas jamais deixei de reconhecer o ardor cívico com que o doutor Alberto Neder defendia suas ideias — afirmou.



Falta de acordo impede investimentos, afirma indicado para Emirados Árabes

Comissão de Relações Exteriores aprovou também diplomatas para embaixadas no Sudão e em Santa Lúcia. Nomes serão votados em Plenário

O BRASIL TEM perdido investimentos pela falta de acordos de bitributação com alguns países, como os Emirados Árabes Unidos e Cingapura. A opinião é do diplomata Paulo Cesar Meira de Vasconcellos, indicado para embaixador do Brasil nos Emirados Árabes Unidos e sabatinado ontem pela Comissão de Relações Exteriores (CRE).

Os nomes de Vasconcellos e de outros dois indicados — Sergio Elias Couri, para Santa Lúcia, e José Mauro da Fonseca Costa Couto, para o Sudão — foram aprovados pela CRE e serão votados pelo Plenário.

Vasconcellos defendeu o aproveitamento do grande potencial de investimentos do fundo soberano de Abu Dhabi, o maior dos sete emirados árabes, que dispõe de US\$ 800 bilhões. Segundo o diplomata, o fundo já manifestou interesse de investir em portos e outros empreendimentos na área de infraestrutura do Brasil.

O presidente da CRE, Ricardo Ferraço (PMDB-ES), perguntou como o Itamaraty pretende atuar a fim de superar obstáculos à celebração do acordo para evitar a dupla tributação com países como os Emirados, que integram a chamada *black list*. Essa lista inclui países com tributação favorecida (PTFs), que ignoram as autoridades fiscais estrangeiras, não cooperando internacionalmente para trocas de informações. A Receita Federal brasileira considera PTFs os que não tributam a renda ou a tributam com alíquota máxima inferior a 20%.

Vasconcellos respondeu que o Itamaraty tem se esforçado para a Receita flexibilizar a “posição rígida” em relação a países como os Emirados e Cingapura. Uma das estratégias, disse, é começar conversações entre funcionários da Receita brasileira e as congêneres nesses países.

Uma alternativa, na avaliação de Vasconcellos, pode ser a celebração de acordo restrito para evitar a bitributação, aplicável apenas a investimentos



Ferraço (3º à esq.) preside audiência com indicados para embaixadas no Sudão, nos Emirados Árabes e em Santa Lúcia

em infraestrutura realizados pelos fundos soberanos. Segundo o diplomata, a Receita, quando dá parecer contrário a esses acordos, considera apenas os aspectos tributários “e não vê o marco maior do interesse nacional”.

Relatora da indicação, Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) disse ter lido críticas ao desrespeito aos direitos humanos e aos trabalhadores estrangeiros. O indicado reconheceu que o país não tem características de uma democracia ocidental, estágio político que, segundo ele, vai demorar alguns anos. Disse que o país tem apenas 42 anos e, há 50, os emirados (como são chamados os ali nascidos) andavam de camelo, pescavam e plantavam tâmaras.

— A primeira geração, que fundou o país, vive de acordo com as tradições de seus antepassados. A segunda geração, que estudou no exterior, teve contatos com pessoas de outros países, mas a evolução é lenta — acrescentou.

Crimes no Sudão

Ferraço perguntou a Costa Couto, indicado para o Sudão, como ele pretende conduzir as relações com o país, cujo presidente, Omar al-Bashir, foi condenado pelo Tribunal Penal Internacional por crimes contra a humanidade nos conflitos em Darfur, em que morreram mais de 300 mil pessoas.

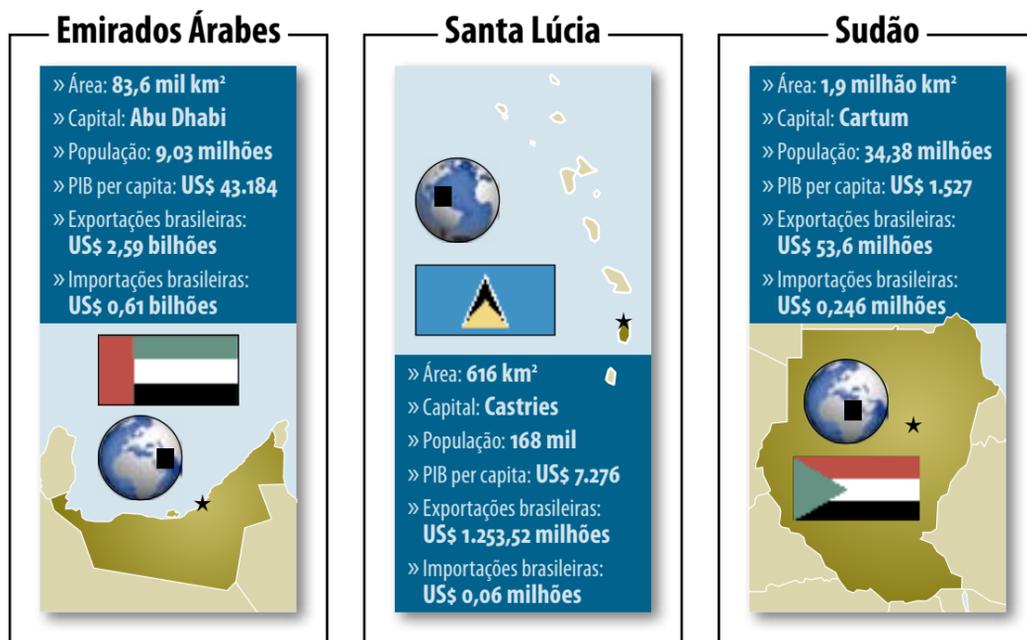
Couto disse que as relações com o Sudão têm uma perspectiva de longo prazo e se estabelecem não com os

governantes, mas com o país.

Roberto Requião (PMDB-PR) considerou “muito pragmática e estranha” a política externa brasileira. Segundo ele, predominam interesses de algumas empresas, que “têm gerenciado as representações e a abertura de embaixadas brasileiras”.

Sem dirigir perguntas aos três diplomatas sabatinados, o senador disse ter dificuldade para entender uma política vinculada a interesses econômicos, “com desprezo absoluto às motivações” que o levaram a dar apoio aos dois últimos governos do PT.

Sobre Santa Lúcia, o diplomata Sergio Elias Couri explicou que é um país aberto às relações internacionais e à cooperação econômica.



Senado planeja intercâmbio com Moçambique

Delegação da Assembleia de Moçambique foi recebida ontem pelo diretor-geral do Senado, Helder Rebouças, para analisar a possibilidade de intercâmbio que auxilie a estruturação de assessoria legislativa naquele parlamento e dê capacitação técnica aos servidores.

Ficaram acertadas a preparação de um protocolo de intenções e uma futura visita do presidente da Assembleia de Moçambique ao presidente do Senado para analisar a formalização de um tratado mais abrangente de intercâmbio.

Participaram do encontro a diretora-geral-adjunta, Ilana

Trombka, o consultor-geral, Paulo Mohn, e o consultor-geral-adjunto de Orçamentos, Luís Otávio Barroso da Graça.

Os moçambicanos demonstraram interesse no trabalho da Consultoria-Geral e na tramitação do Orçamento Geral da União. Rebouças explicou como o Senado se organiza

administrativamente, a partir do processo legislativo. Mohn assinalou que o órgão se divide por temas, de acordo com as comissões permanentes, e Barroso detalhou o rito para tramitação da Lei de Diretrizes Orçamentárias. Ilana ressaltou que o Senado é o órgão mais transparente no âmbito federal.

Eduardo Amorim registra candidatura do PSC à Presidência

Eduardo Amorim (PSC-SE) registrou em Plenário o lançamento da pré-candidatura do Partido Social Cristão à Presidência da República, tendo como pré-candidato o vice-presidente nacional da legenda, pastor Everaldo Pereira. A cerimônia ocorreu na segunda-feira, em Brasília. Amorim disse que o país precisa de um candidato que defenda valores cristãos.

— Para nós, mais do que uma honra, é uma esperança que o povo brasileiro tenha um presidente da República que defenda os valores e princípios cristãos, colocando o ser humano em primeiro lugar — afirmou.

O senador argumentou que o país vem presenciando um exercício diário de desamor, de falta de respeito ao outro, à sociedade e ao planeta. Para ele, apenas o cristianismo — não somente no aspecto religioso, mas no ideológico — poderá mudar essa realidade.

Vanessa defende proporcionalidade para deputados

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) está confiante na decisão do Supremo Tribunal Federal sobre o número de vagas que cada estado terá nas eleições para a Câmara dos Deputados. Ela lembrou que a Constituição garante a proporcionalidade em relação ao total de habitantes, ressaltando que o número de vagas não poderá ser menor que 8 nem maior que 70.

A senadora acredita que o STF vai levar em conta a resolução do Tribunal Superior Eleitoral que garante esse princípio e lembrou que, de acordo com o IBGE, Amazonas terá nove deputados. Ela espera que o decreto legislativo aprovado pelo Congresso que susta a resolução do TSE não seja acolhido pelo Supremo Tribunal Federal (STF).

— A realidade atual é que o Piauí, com uma população menor que o Amazonas, tem uma bancada maior. Isso que não é correto, isso fere a Constituição. Mas estamos tranquilos porque essa decisão caberá ao STF.